



RELAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS EM FACE DAS DICOTOMIAS NORTE-SUL E LESTE-OESTE

Therezinha de Castro

CONFRONTO GEOHISTÓRICO

Na empresa de conquistar a América do Norte as dificuldades dos ingleses seriam bem maiores com relação a seus rivais franceses. Estes haviam ocupado as duas portas de entrada no continente — o S. Lourenço e o Mississipi; a França formava, assim, um império na América do Norte em forma de um crescente que ia de Quebec ao norte até Nova Orleans ao sul. Essa posição francesa iria, pois, de início, conter os ingleses numa estreita faixa de terra entre o Atlântico e os Apalaches. Coincidentemente, a linha de Tordezilhas, continha, na América do Sul, os portugueses numa estreita faixa de território que margeava o Atlântico. Era o eixo geohistórico de direção norte-sul que se impunha na formação

tanto dos Estados Unidos quanto do Brasil.

Na América do Norte, conquistando mais vasto território que os ingleses, os franceses não puderam ocupar efetivamente toda a área, passando os colonos a viver num penoso isolamento. Isto porque a sua primeira porta de entrada, o S. Lourenço, ficava bloqueada pelos gelos cerca de 140 dias, e não era fácil subir pela outra porta, a do Mississipi, contrariando-lhe a força das águas. Já os navios ingleses podiam atingir a sua costa atlântica em apenas 5 semanas; mas, encurralados nessa mesma costa atlântica, e não tendo muito para onde se expandir, puderam se lançar à empresa de colonizar e se comunicar com a metrópole. Na América do Sul ocorria fenômeno semelhante. Conquistando mais vasto território que os portuque-

ses, os espanhóis não puderam ocupá-lo todo efetivamente, deixando seus colonos num penoso isolamento; isto porque suas terras banhadas pelo Pacífico tinham que ter como porta de saída para a metrópole o istmo da América Central, para onde eram levados os tesouros em lombo de burros, através de longas distâncias. Já os navios portugueses podiam atingir a sua costa atlântica com mais facilidade e os produtos iam diretamente das fontes produtoras aos centros consumidores da metrópole. *Do mesmo modo que os ingleses, os portugueses ficaram encurralados na costa atlântica, e, não tendo muito para onde se expandir, puderam se lançar à empresa de colonizar e se comunicar com a metrópole.*

Vemos, pois, que *o processo de ocupação colonial nos Estados Unidos e no Brasil apresenta semelhanças; em ambos a colonização precedeu à conquista do hinterland. No entanto, de um modo geral, a conquista do território brasileiro foi feita legal e pacificamente pelas Bandeiras, incentivadas pelos reis Felipes, quando da união das monarquias ibéricas; nos Estados Unidos por meio de guerras contra a França, Espanha, e, posteriormente, contra o México.*

Durante o processo de independência conseguiram *o Brasil e os Estados Unidos se transformar em potências continentais mantendo seus territórios unidos; o território contínuo dos Estados Unidos abrange 7.827.076 km², menor, portanto, que o do Brasil com 8.513.000 km², tendo, no entan-*

to, apenas o primeiro conseguido a situação bioceânica. Contrastando na América do Sul e do Norte, enquanto a zona de colonização hispânica se esfacelou em várias repúblicas, dentro da herança do cantonalismo geopolítico, o Canadá mantém, ainda hoje o estigma do dualismo anglo-francês.

Enquanto no Brasil *a colonização portuguesa se manteve dentro do significado nacional-católico, impedindo a metrópole que estrangeiros, rebeldes ou herejes para cá viessem, nos Estados Unidos a colonização inglesa se manteve dentro do significado da auto-suficiência e forte individualismo, já que a imigração proveniente da Inglaterra e também de outros países (Holanda, Alemanha, Irlanda e até França) não era patrocinada pelo governo, e sim por grupos particulares encabeçados inicialmente pelas Companhias de Plymouth e de Londres. Assim sendo, os imigrantes que demandavam aos Estados Unidos eram rebeldes políticos e religiosos.*

O cunho familiar da colonização nos Estados Unidos contrastou com o pioneirismo aventureiro ocorrido no Brasil. Indo para os Estados Unidos famílias inteiras, muitas vezes rivais entre si por motivos étnicos, políticos ou religiosos, o apartheidismo foi a tônica colonial. Já para o Brasil, a predominância masculina com a caracterizada ausência de mulheres brancas, iria contribuir para a forte miscigenação, e do cruzamento inicial com o grupo indígena e posteriormente com o negro ficaria evidenciada uma maior homo-

geneidade étnica e alijado o fator racismo.

No século XVIII os Estados Unidos se transformaram numa nação colonizada por fortes contingentes populacionais. O Brasil foi dos últimos territórios americanos, já no século XIX, a se separar da mãe-pátria, que para colonizá-lo lutou sempre com a falta do elemento humano. Enquanto a América Espanhola adotava o republicanismo por influência dos Estados Unidos ou da maçonaria vermelha francesa, o Brasil se manteve por mais de meio século regido por governo forte e estável sob a égide monárquica da maçonaria azul. A *vitória geral do republicanismo no século XX*, forçando uma estrutura centralizadora ou absolutista, levou o Brasil, ao lado da América Latina, a oscilar entre as eleições que implantavam governos fracos comprometidos com seus eleitores e as revoluções que impunham governos fortes ditatoriais ou caudilhistas; *um eterno duelo entre a "redemocratização" e a "descompressão"*.

Por sua vez, os Estados Unidos atingiam a plenitude de "um Estado democrático sem necessidade de suportar uma revolução democrática" (Alexis de Tocqueville — "A Democracia na América"). Por sua formação geohistórica dentro do mais amplo federalismo, tratou de adaptar, como nação independente, o que a Inglaterra lhe legara. E ante a variedade de nomes que teve, através das 13 Colônias iniciais, também *lhes escapou um topônimo nacional*; daí Estados Unidos da América — o adjetivo

americano, ou quanto regionalmente — norte-americano, que os menos avisados ainda adotam excluindo do todo continental além do próprio Brasil, toda uma plêiade de nações. Nações que curiosamente, numa cópia xerográfica, até o nome Estados Unidos adotaram, antes do próprio nome que a formação geohistórica ou geopolítica lhes legara; o nosso país, por exemplo, de 1889 até entrar em vigor a Constituição de 1969, antes de ser República Federativa do Brasil foi Estados Unidos do Brasil.

De formação anglo-saxônica ou de civilização caracterizadamente ibero-americana, os Estados Unidos e o Brasil, seguiram, como nações independentes, seus destinos geopolíticos nas trajetórias de seus respectivos ciclos vitais; após a Segunda Guerra Mundial enquanto os Estados Unidos, adquirindo maturidade, se lançavam como estrepantes na política mundial, o Brasil, na sua adolescência geopolítica, dava seus primeiros passos no âmbito regional.

SUPREMACIA

As ambições políticas dos Estados Unidos seguiram em progressão paralela à sua ascensão econômica. A *Doutrina de Monroe* (1823) mostrou a tendência do governo estadunidense em reservar para sua influência o continente americano.

Após um período de preocupações internas com a reconstrução dos governos estaduais sulinos, a

ciamentos de que o Brasil necessitava como nação em desenvolvimento, no âmbito das Relações Internacionais propriamente dito a *"política das fronteiras ideológicas"* nos mantinha como aliados incondicionais dos Estados Unidos.

Dentro da premissa de que conviver é sempre mais difícil que coexistir, o Brasil foi aos poucos percebendo que pertencer ao Bloco Ocidental não implicava no integrar-se ao Primeiro Mundo. E, nestas condições, *começou a desviar as suas diretrizes geopolíticas para o campo do "pragmatismo responsável"*. Pragmatismo responsável que Raymon Aron assim justifica: "a noção de interesse nacional implica simplesmente que os responsáveis pelo Estado se voltem, em primeiro lugar para a existência e a segurança da nação; não se devem propor objetivos desmesurados, nem se iludir com os recursos a sua disposição, sonhando em transformar o mundo" ("Paz e Guerra entre as Nações"). Assim, dentro do princípio de que uma política externa independente não implica no nosso afastamento do Bloco Ocidental, o Itamarati, dentro do "pragmatismo responsável" passou, sobretudo a partir de 1970, a basear suas diretrizes dentro de "uma relação madura que não é de alinhamento mecânico", e isso ocorre, justifica Saraiva Guerreiro, porque "os Estados Unidos são uma potência com interesses em todas as partes do mundo. Eles são o pivô, o centro de alianças militares e de toda uma complexa e variada gama de rela-

cionamentos com todas as regiões do mundo e todos os países. E que, em algumas ocasiões, não será fácil harmonizar, não digo as obrigações, mas harmonizar os seus interesses nessas diversas partes e esses diversos engajamentos que eles têm". (Ministério das Relações Exteriores — Secretaria de Informação do Gabinete — Entrevista concedida à Empresa Brasileira de Notícias — 1º de novembro de 1982.)

No entanto, é de se convir que *nos anos 70 acentuou-se a desvantagem geoestratégica dos Estados Unidos diante da Rússia. O eixo norte-sul iria implantar-se com a Doutrina de Facilidades Navais do Almirante Gorshkov*, em busca de posicionamento para a Rússia nos mares quentes meridionais, dentro da política de flechamento de rotas de Mahan, no desguarnecido "Crescente Externo Insular" de Mackinder.

Enquanto a Rússia, de forma prática e efetiva, procura fazer-se presente de modo compatível com sua situação de superpotência, sobretudo na costa africana do Atlântico Sul, "não existe uma visão sul-americana unificada quanto à confrontação Leste-Oeste, da mesma forma que não existe, no Ocidente, uma avaliação homogênea desse processo". Assim, conclui Ronaldo Mota Sardenberg: "embora seja crescentemente afetada pela confrontação Leste-Oeste, a América do Sul, no essencial, permanece marginal à mesma" dentro do pluralismo que é a tônica do Ocidente. ("As Relações Leste-Oeste e o Terceiro Mundo — Uma Visão Sul-Americana" — pre-

parado para a Reunião da Atlantic Conference — St. Croix, V. I, EUA de 7 de novembro de 1982.)

COMPETIÇÃO

Do exposto, observa-se que *só mesmo acidentalmente a América do Sul entrou no campo das prioridades dos Estados Unidos*. Área considerada das mais inexpressivas na geoestratégia da bipolaridade, só tem despertado as atenções do governo de Washington dentro da *política globalista*. E quando se esboça em determinada área do continente um sinal de inserção no contexto da "guerra fria", tal como ocorreu na Guatemala em 1954 e em El Salvador em 1982, o continente é promovido à esfera das prioridades da política externa de Washington, voltada, logicamente, para o *planejamento regional do "containment" ou contenção*.

No contexto da "guerra fria" não restam dúvidas de que existe uma inclinação da América Latina para a formação dos ditos regimes "nacionalistas" apoiados em apelos às massas, explorando o preconceito histórico do "imperialismo" estadunidense. E quando tal fato ocorre, o *governo de Washington explora o lado da solidariedade hemisférica*, valendo-se sobretudo da OEA (Organização dos Estados Americanos). É justamente a OEA que vai evitar, no caso de ser preciso, a intervenção, desde que não apareça como ação unilateral, passando a se identificar com os interesses continentais; assim ocorreu com a crise da República Do-

minicana em 1965, de cuja intervenção em prol dos interesses hemisféricos, o Brasil participou, como aliado incondicional dos Estados Unidos.

De modo geral, parece que para o Conselho de Segurança dos Estados Unidos não existe o perigo de um ataque comunista a qualquer país latino-americano, a não ser num contexto de guerra geral. No entanto, reconhece esse Órgão que os comunistas têm possibilidades de controle nos países latino-americanos através de métodos eleitorais, quando não conseguem a participação direta na política nacional. Em 1958 foi notória a manifestação de grupos ultranacionalistas no Brasil e Argentina. No *Relatório do Comitê de Coordenação de Operações (1958)** chega-se mesmo a criticar a falta de interesse do governo em combater a infiltração comunista, muito embora fosse grande o crédito na área militar de tendência direitista.

A *visita de Nixon* a vários países do continente, recebido em alguns locais com manifestações anti-Estados Unidos, reforçou o que dissera textualmente o Relatório de 1956 do Comitê de Coordenação de Operações: "o problema comunista, no entanto, permanece sério no Brasil, Chile, Equador, Bolívia, e também é potencialmente prejudicial aos interesses dos Estados Unidos em Cuba, Guatemala, Uruguai e Argentina... Comunistas locais tiveram um importante papel

* Um dos documentos da série — "Formulações de Política do Conselho de Segurança (Operations Coordinating Board) para a América Latina de 1954 a 1958" — Biblioteca Presidencial Dwight Eisenhower.

nas eleições brasileiras, e a disposição do novo governo de agir contra eles é ainda desconhecida”.

Tendo conseqüências globais os problemas de segurança não são apenas regionais. Nessas condições, *a defesa do hemisfério é baseada na proteção tanto do flanco norte como na do flanco sul*, visto que estes proporcionam não só acesso aos recursos regionais como as ligações seguras com o resto do mundo. E só *uma cooperação efetiva dos Estados Unidos com o Canadá e América Latina* será capaz de manter a segurança dos dois flancos, evitando a investida de forças numa determinada área quando afetada pela crise.

O Canadá tem sem dúvida alguma um envolvimento especial com a segurança dos Estados Unidos, quer por sua proximidade geográfica, como ainda pela interdependência econômico-social. Assim, o sistema de alarme antecipado Estados Unidos—Canadá, bem como os direitos de acesso e facilidades para a proteção aérea e marítima no Atlântico Norte, dotam aquele país norte-americano de três frentes oceânicas, como peça de grande importância geoestratégica no âmbito da OTAN, como também do TIAR, muito embora, neste, só se inclua dentro de sua zona de segurança.

E se, por outro lado, são da maior importância, para a defesa da segurança do hemisfério, acordos não só defensivos mas também econômicos com o Canadá; também o são para com várias regiões da América Latina, sobretudo com o México, o Caribe e o Brasil, que

ocupam lugar de destaque pelos recursos naturais de que dispõem e instalações para seu processo na economia dos Estados Unidos. E se o *Canadá* tem posicionamento geoestratégico no flanco norte, o *Brasil* é particularmente importante na área de estrangulamento do Atlântico; o *México*, por sua vez, se alcançado pelas ondas revolucionárias do Caribe, levará os Estados Unidos a perderem o privilégio da insalubridade, já que o inimigo estará no interior do país através de imigrantes mexicanos, legais ou ilegais.

No Relatório de 1956 do Comitê de Coordenação e Operações vem explicitado que: “a posição única dos grupos militares na América Latina torna importante a influência dos Estados Unidos sobre eles. Um fator fundamental para a manutenção dessa influência é a habilidade que os Estados Unidos venham a ter ao oferecerem treinamento e equipamento. Em alguns casos torna-se interessante para os Estados Unidos garantirem todo esse equipamento principalmente por motivos políticos”.

No entanto, com a “política dos direitos humanos”, que se tornou a tônica durante o governo Carter, a redução dessa influência e o *declínio dessa assistência militar estadunidense reduziram o desejo e a capacidade dos países do flanco sul de apoiar os interesses dos Estados Unidos*. Tudo isso, a despeito do crescimento da presença aeronaval da Rússia em Cuba; tudo isso, a despeito de grandemente dependente da Rús-

sia, as forças militares de Cuba serem grandes, modernas e cada vez mais profissionalizadas. Enquanto se sabe que as forças de segurança em muitos países da América Latina permanecem incapazes de se defenderem contra a oposição armada bem organizada sem receber uma considerável ajuda dos Estados Unidos. Foi esse, em resumo, o reflexo da Doutrina Carter que desprezou de um modo geral a América Latina, voltando-se com quase exclusividade para o eixo leste-oeste centrado no Oriente Médio e Golfo Pérsico.

Nessas condições, o governo de Moscou continuou em sua tentativa de infiltração no continente quer por meios diplomáticos, econômicos ou mesmo militares; importante mercado dos cereais da Argentina, tornou-se em 1981 o sexto maior cliente comercial do Brasil, importando sobretudo a soja, sendo fornecedor de material militar ao Peru. Age, pois, a Rússia, frontalmente, ou através de Cuba, que apoia abertamente movimentos insurgentes, agindo através de guerrilhas em áreas onde se apresentem possibilidades de mudanças políticas revolucionárias; a Nicarágua e El Salvador são os casos mais recentes da década de 1980.

A partir de 1961, com Cuba já na esfera de influência do Kremlin, para combater a infiltração comunista alguns países latino-americanos, em especial os do Cone Sul, passaram a restringir as liberdades, e isso, foi pouco a pouco se tornando intolerável para a cultura política dos Estados Uni-

dos. Foi então que "meios liberais" estadunidenses passaram a pressionar o Congresso no sentido de suspender a ajuda militar ou econômica a alguns países do Cone Sul, em especial ao Chile e Uruguai. Assim, *as relações norte-sul passaram a formar um sistema de linhas cruzadas*; a convivência ideológica entre o norte liberal e o sul conservador tornaram-se cada vez mais difíceis com as nações do Cone Sul cerrando fileiras em torno da segurança nacional, votando em uníssono quando aparecia uma sanção contra o Chile como a da reunião da OEA de 1977.

Nesse contexto, em se tratando do Brasil, a abordagem inicial do governo Carter foi esboçada no discurso que fez na Universidade de Notre Dame, em maio de 1977, com o Cardeal Evaristo Arns no pródio, pare receber um grau honorário. Na ocasião disse Carter textualmente: "Estamos livres agora daquele medo desordenado do comunismo que nos levava outrora a abraçar qualquer ditador que se juntasse a nós em nosso medo".

A América Latina e o próprio Brasil já se vinham, pois, distanciando do Líder do Bloco Ocidental. O Brasil denunciara o Acordo Militar com os Estados Unidos (Decreto nº 79.376, de 11 de março de 1977) que o Itamarati mostrava ser "conseqüência da introdução de alterações na legislação norte-americana que modificaram, de forma inaceitável, as condições que se vinha processando a cooperação militar entre os dois países sob a égide de Acordo firmado no Rio de Janeiro a 15 de março de

1952". Continuava a Nota do Itamarati que tal atitude era "um desdobramento, pelos mesmos motivos, da recusa de aceitar qualquer assistência no campo militar que dependa, direta ou indiretamente, de exame por Órgãos de Governo estrangeiro de matérias que, por sua natureza, são de exclusiva competência do Governo do Brasil".

Com a denúncia do Acordo Militar pelo Brasil, sem o substancial aumento nos programas de cooperação militar combinados com a vontade de fornecer equipamentos para a defesa coletiva, os Estados Unidos começaram por perder, no flanco sul, a liderança de uma coalisão geoestratégica digna de crédito e capaz de acionar o TIAR.

E se uma política externa independente não significa afastar os aliados naturais, a idéia hemisférica passou a ser suplantada "pela dicotomia amigo-inimigo, com que o próprio conceito de amizade passa a ser utilizado como instrumento de reforço da dependência vertical, abastardando-se a noção de amigo fiel para equipará-la a um aliado dócil ou satélite".*

É um contrasenso "pensar-se em uniformizar e unificar mecanicamente o Ocidente, seja no nível nacional, seja no internacional", afirmou na ESG Saraiva Guerreiro, sobretudo ante a ambiguidade de seu líder. No âmbito continental, por exemplo, essa ambiguidade do líder e a progressiva independência dos liderados se reflete na própria

esfera do TIAR, anulando, pois o eixo norte-sul.

Desde sua assinatura em 1947, o TIAR ou Pacto do Rio de Janeiro foi invocado pelos Estados Unidos apenas uma vez — durante a crise de mísseis em Cuba (1962). Na ocasião todos os aliados latino-americanos juntaram-se ao movimento, forçando os russos a tirarem seus mísseis da ilha. Os tempos porém mudaram, e na crise de 1982 em El Salvador os Estados Unidos não conseguiram induzir seus aliados americanos a uma ação conjunta. O "princípio do não intervencionismo" foi a tônica do Itamarati, numa autêntica reação a "alinhamentos automáticos", conseqüência direta da oposição à verticalidade da política internacional.

Por outro lado, "sem inibições políticas, acolhido com boa receptividade pelos parceiros, o Brasil amplia e aprofunda sua presença internacional. Esse esforço universalista nasce não somente de uma disposição teórica, mas também da necessidade de enfrentar as questões concretas e imediatas que a convivência internacional a cada dia nos coloca. O esforço de globalização da presença externa brasileira é um dos caminhos seguros para aumentar o leque das opções numa fase da crise internacional".*

REGIONALISMO E GLOBALISMO

O regionalismo e o globalismo se confundem na política externa

* Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro — Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra — 4 de setembro de 1981.

* Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro — Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra — 3 de setembro de 1982.

dos Estados Unidos; se confundem via de regra, com a *luta institucional entre o Conselho de Segurança Nacional e o Departamento de Estado*; o primeiro é a base globalista, o segundo é a base dos regionalistas, por sua própria estrutura funcional em departamentos regionais, onde trabalham funcionários especializados em determinadas áreas.

Porém, tanto os globalistas quanto os regionalistas se atêm às mesmas perguntas:

— Qual é o principal interesse dos Estados Unidos numa determinada região?

— Qual é a natureza e a magnitude da ameaça russa?

— Que política os Estados Unidos devem seguir para atender aos seus interesses e enfrentar a Rússia?

O que distingue, no entanto, as duas correntes é que *a prioridade das questões e o peso dado às respostas são diferentes*. Enquanto os globalistas dão maior valor ao comportamento, motivação e ameaças da Rússia e das outras Grandes Potências, os regionalistas começam, antes de tudo, pela definição dos interesses dos Estados Unidos na região.

Os globalistas acusam, assim, aos regionalistas de não dar o devido valor à competição entre Washington e Moscou. Ao que respondem os regionalistas que ante a perspectiva geoestratégica da "guerra fria", os Estados Unidos, sem dar o devido valor aos problemas regionais dentro do enfoque sócio-político e econômico, perdem posições sobretudo na área

do Terceiro Mundo, onde, em "arcos de instabilidade" criam "vácuos de poder".

Dando mais importância às questões de segurança que à economia, ou à sócio-política, os globalistas se preocupam, antes de tudo, com o poderio militar russo. E defendem a relevância dada mais à defesa do que ao desenvolvimento, porque acreditam que as posições econômicas dos Estados Unidos, sobretudo na área latino-americana e também do Terceiro Mundo, são muito mais fortes que as da Rússia. Eis, pois, aí, o *eixo leste-oeste se sobrepondo ao norte-sul; e, nessas condições, as exigências globais vêm criando dificuldades na política regional*.

A opção norte-sul ou a leste-oeste, traduzindo-se nos altos e baixos da política externa dos Estados Unidos, induz a América Latina a profundos dilemas. Assim, enquanto *Franklin Delano Roosevelt* fundamentava a "Política da Boa Vizinhança" no continente americano *sem se imiscuir na validade ou não das ditaduras direitistas que proliferavam na América Latina*, *Jimmy Carter* elegeu como lema a defesa dos direitos da pessoa humana, *conseguindo criar no hemisfério "arcos de instabilidade", sobretudo na área do Cone Sul*. Pode-se dizer, que com o "carterismo" se impunha a ONU, fazendo com que os Estados Unidos se voltassem para outros auditórios, enquanto a quase passividade da OEA fazia com que a Doutrina de Monroe fosse relegada a um segundo plano.

Dentro do "pragmatismo universalista", em nossa política externa o problema interno dos países não nos preocupa, desde que respeitem seus compromissos internacionais. Nessas condições, as visitas do Presidente Figueiredo aos diversos países sul-americanos vêm, antes de tudo, procurando anular qualquer suspeita de hegemonia por parte do Brasil. Por outro lado, essas visitas não distinguiram governos eleitos da Venezuela, Colômbia, Peru e Equador dos sistemas autoritários do Paraguai, Argentina e Chile. Assim, sem hostilidades inúteis, a política externa brasileira limitou-se a conseguir uma posição cômoda no âmbito regional.

Com Ronald Reagan, veio finalmente à baila o velho conceito de Foster Dulles, para quem a política dos Estados Unidos não devia se preocupar em fazer amigos, devia, isso sim, acima de tudo, defender seus interesses. E, levando em conta seus interesses no Estreito de Magalhães, os Estados Unidos se colocaram frontalmente ao lado da Inglaterra, tendendo para a OTAN, ou eixo leste-oeste; na crise das Malvinas o governo de Washington não se preocupou em manter amigos no âmbito da América Latina, ao afastar-se do eixo norte-sul.

Subindo ao governo, Ronald Reagan declarou que não pretendia executar uma política externa traçada na linha tradicional de outros governos republicanos; com relação a América Latina é de se notar que os Republicanos tiveram por ela sempre maior interesse que

os Democratas. Concluindo-se, assim, que o *globalismo* levou os Estados Unidos a restabelecer, na crise das Malvinas e intervenção indireta na América Central, a tão propalada "margem de segurança" no equilíbrio militar com a Rússia.

CONCLUSÃO

Em dezembro de 1978, Rober-to Campos enviava de Londres para Brasília um Relatório no qual afirmava: "Os Estados Unidos são hoje uma potência que quer viver de seus alugueis. Um curioso exemplo no processo de deterioração pelo qual este país está passando é a indefinição e o irrealismo do Presidente Carter".

A política externa de Carter levou Henri Kissinger, em seu trabalho "Reflexões sobre Bismarck", a analisar a segurança nacional dos Estados Unidos tomando por base o despacho diplomático escrito pelo artífice da unidade alemã — "Vivemos numa época maravilhosa em que o forte é fraco devido aos seus escrúpulos morais e o fraco é forte devido à sua audácia. Uma política sentimental não obtém reciprocidade". Dentro desse contexto, afirma Kissinger que os Estados Unidos estavam caminhando para "um período de perigo máximo", e com relação à América Latina "o perigo máximo corresponde, em linhas gerais, aos seis anos do governo Figueiredo". Período em que o Brasil deverá tomar algumas decisões sobre o curso de sua política externa. E, sendo um país que vive em paz com seus vizinhos, e que só se envolveu

em conflitos internacionais marginalmente, desfruta, por isso, de ampla gama de opções nos assuntos externos.

Segundo o *General David Jones*, em *Relatório enviado ao Congresso (maio de 1981)*, os Estados Unidos necessitam “de uma estratégia global para enfrentar os problemas de segurança”. Depois de especificar que a defesa do hemisfério tem que se basear “na proteção dos flancos norte e sul dos Estados Unidos, acesso aos recursos regionais e ligações seguras com o resto do mundo”, afirma que “o Brasil é particularmente importante em virtude de sua localização na parte estreita do Atlântico, assim como por sua atual e crescente capacidade militar”. Afirma ainda o *General David Jones* que “na América do Sul a redução da influência e o declínio da assistência militar norte-americana reduziram o desejo e a capacidade dos países dessa região de apoiar os interesses da segurança dos Estados Unidos”.

De fato, dentro do “princípio do pragmatismo universal” que vem conduzindo as linhas básicas de nossa política externa o *Brasil não é mais aquele aliado incondicional dos Estados Unidos*. Resistiu, por exemplo, à *missão do General Andrew Goodpaster*, que visitou Brasília em 1980 com o objetivo de uma sondagem preliminar da disposição de nosso governo em estabelecer o acordo militar rompido em 1977.

Por outro lado, a crise das Malvinas em 1982 mostrou que o *Brasil não participa dos problemas globais dos Estados Unidos*; a po-

lítica brasileira foi a de reconhecer a soberania argentina nas Malvinas, num engajamento sul-americano, mostrando a diferença de opiniões com o governo de Washington ligado à Inglaterra.

Segundo Saraiva Guerreiro, *a primeira viagem de Reagan à América Latina* (novembro-dezembro de 1982), tirante os encontros normais com o Presidente do México, tem como significado especial que o Brasil tenha sido exatamente sua primeira escala. “Não se pode negar que a própria situação internacional não é das mais serenas... e que as várias situações de tensão sub-regional estão em fase aguda”. (Entrevista concedida à *Empresa Brasileira de Notícias* — 1º de novembro de 1982.)

Na atualidade o Brasil tem uma relação madura com os Estados Unidos, que não é de alinhamento mecânico; no entanto, pela presença e posição do Brasil, *nenhuma política do governo de Washington para a região será adequada se não nos der atenção*.

As relações bilaterais são importantes; muito embora sem representar uma nova convergência ou identidade de interesses no plano global. São importantes porque mesmo diante de uma política brasileira independente, torna-se necessário, no âmbito regional, um entrosamento mais efetivo com os Estados Unidos. Uma lacuna existente no relacionamento bilateral não é vantajosa para nenhum dos dois.

Os Estados Unidos devem tomar consciência de que ante o enfraquecimento de suas alianças,

tanto norte-sul quanto leste-oeste, ocupam, no âmbito das Relações Internacionais *um posicionamento geoestratégico debilitado*. Com a visita de Ronald Reagan (1982) acreditamos que *o Brasil não deverá mais ser visto como mero representante dos Estados Unidos*. Diante da problemática mundial deve ser atraído como *um país amigo e bem orientado para uma aliança que o coloque como peça importante numa região de contenção do Atlântico*, ante uma área conflitual caribenha com a presença de Cuba, e uma zona vulnerável que envolve as vias marítimas da costa da África Ocidental até o Índico.

O Atlântico Sul é ponto de grande importância geoestratégica para as forças navais dos Estados Unidos, em trânsito para a região petrolífera do Golfo Pérsico, na rota do Cabo. Não resta, pois, dúvida de que o triângulo geoestratégico formado por Ascensão—Santa Helena—Tristão da Cunha se constituiu na presença física da OTAN no Atlântico Sul. E quem dominar a ameaçada rota do Cabo colocará as mãos na garganta do Ocidente.

No dia 8 de dezembro de 1982 os Estados Unidos criavam um Comando Central com base na Flórida, composto por uma Força de Intervenção Rápida, em condições de se deslocar imediatamente, em caso de necessidade. Trata-se de uma nova estrutura operacional de ação militar em defesa de seus interesses no eixo leste-oeste, abrangendo o Oriente Médio, parte da África, o Golfo Pérsico e o Oceano Índico, incluindo no total 19 paí-

ses.* Sintomaticamente, incluindo países ocupados ou aliados da Rússia (Afganistão, Etiópia e Iemen do Sul) e até inimigos declarados como o Iran, que formam o "Cinturão de Segurança", a despeito dos "desvios", visto que a área, em seu conjunto pertence à esfera de interesses dos Estados Unidos.

Em contrapartida, *no âmbito regional de área contígua no Atlântico Sul, sem a existência formal de um "Cinturão de Segurança"*, na hipótese de um conflito terá que ser incluída nos planos do Ocidente *uma ação compartilhada que inclua o Brasil*.

Atualmente é tônica a realização de guerras convencionais rápidas e limitadas, contrastando com a hipótese apocalíptica da guerra nuclear que destruiria tudo em poucas horas. Mas, se no entremeu, se iniciar uma guerra nuclear, por preservação natural, deverá ser continuada por longos conflitos globais e convencionais; e, neste caso mais viável, só hão de prevalecer as ações conjuntas.

Potência regional, o Brasil é um país bem posicionado no Atlântico Sul; e o Atlântico Sul não é mais aquele mar quase que estagnado, dominado pelas esquadras da Inglaterra e Estados Unidos. Hoje o mar que nos banha se en-

* Afganistão, Paquistão, Iran, Iraque, Kuwait, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Catar, Arábia Saudita, Oman, Iemen do Norte, Iemen do Sul, Somália, Sudão, Quênia, Etiópia, Djibuti, Jordânia e Egito. A Síria, Israel e o Líbano foram excluídos por se encontrarem sob responsabilidade do Quartel General do Comando Europeu situado na Alemanha Ocidental.

contra dentro da política de fechamento da Rússia.

Na América Latina as "geoestratégias capitalistas" estão orientadas para fora — o Brasil é, por exemplo, nação altamente dependente do mar para suas importações e exportações; no entanto, as "geoestratégias alternativas" do líder desse mundo capitalista vêm dificultando, no Atlântico Sul, a proteção de seus próprios interesses.

Portanto, dentro das coordenadas em que vivemos, em se tratando da *integração que nos leva à continentalidade de um eixo norte-sul...* continentalidade que nos torna mais acessíveis aos nossos amigos, temos que precisar os parâmetros dentro da *maritimidade de um eixo leste-oeste*, pois é no mar que vamos ficando cada vez mais vulneráveis aos nossos inimigos.



Therezinha de Castro — Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Especialização: Geopolítica e Relações Internacionais. Além de outras obras, escreveu "Rumo à Antártica", em que defende os direitos do Brasil no Continente Antártico, "História da Civilização Brasileira", "Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil", "África — Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais".